

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16743

Lendo A In/Segurança Internacional em Lugares Dissonantes: Imaginários Racializados no Cotidiano na Lapa, Rio de Janeiro

***Reading International In/Security in Dissonant Places: Racialized
Imaginaries in Everyday Life in Lapa, Rio de Janeiro***

***Leyendo La Inseguridad Internacional en Lugares Disonantes:
Imaginaris Racializados en la Vida Cotidiana de Lapa,
Río de Janeiro***

Maria Lidia Mattos Valdivia

Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: mattos.mvaldivia@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5670-3985>

Brunno Victor Freitas Cunha

Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: brunnovictorfc@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3472-3269>

Resumo: O presente artigo explora as dinâmicas de in/segurança no campo de Estudos de In/Segurança Internacional a partir de uma analítica sensível às redes múltiplas de relações, agentes, práticas e objetos que constituem discursos sobre a alteridade racial e informam processos de racialização. Para tal, a partir de revisão de literatura de fontes secundárias, realizamos uma revisão crítica dos Estudos de In/Segurança clássicos e críticos, de modo a evidenciar seus pressupostos racializados, e oferecer maneiras mais comple-

xas de observar como as práticas de *in/segurança* emergem a partir de relações cotidianas. Em um segundo momento, construímos uma *analítica de in/segurança racial* a partir de noções de *raça como significante deslizante*, de *ambivalência* do discurso racial e de gênero e da complexificação da manifestação da violência a partir de relações simultâneas de proximidade e distanciamento. A partir disso, analisamos as dinâmicas de revitalização e pacificação da Lapa, Rio de Janeiro, para evidenciar as ambiguidades da *in/segurança* no cotidiano. Trazendo as experiências de mulheres travestis na Lapa neste contexto, demonstramos tanto o imaginário racializado subscrito às manifestações de violência por elas sofridas quanto as ambiguidades de sentir-se *in/seguro* neste espaço.

Palavras-chave: Relações Internacionais. *In/segurança* Internacional. Raça e racismo.

Abstract: This article explores the dynamics of *in/security* in the field of International *In/Security* Studies from an analytical perspective sensitive to the multiple networks of relationships, agents, practices and objects that constitute discourses of racial alterity and inform processes of racialization. To this end, based on a literature review of secondary sources, we carried out a critical review of classic and critical *In/Security* Studies, in order to both highlight their racialized assumptions and offer more complex ways of observing how *in/security* practices emerge through everyday relations. In a second moment, we built an analysis of racial *in/security* based on notions of race as a sliding signifier, of the ambivalence in racial and gender discourses and the complexification of manifestations of violence based on simultaneous relations of proximity and distance. From this, we analyze the dynamics of revitalization and pacification in Lapa, Rio de Janeiro, to highlight the ambiguities of *in/security* in everyday life. Bringing the experiences of *travesti* women in Lapa into this context, we demonstrate both the racialized imaginary subscribed to the manifestations of violence suffered by them and the ambiguities of feeling *in/secure* in this space.

Keywords: International Relations. International *in/security*. Race and racism.

Resumen: Este artículo explora las dinámicas de la *in/seguridad* en el campo de los Estudios de *In/Seguridad* Internacional desde una perspectiva analítica sensible a las múltiples redes de relaciones, agentes, prácticas y objetos que constituyen los discursos sobre la alteridad racial e informan los procesos de racialización. Para ello, a partir de una revisión bibliográfica de fuentes secundarias, realizamos una revisión crítica de los Estudios de *In/Seguridad* clásicos y críticos con el fin de poner de manifiesto sus supuestos racializados y ofrecer formas más complejas de observar cómo las prácticas de *in/seguridad* emergen de las relaciones cotidianas. En segundo lugar, construimos un análisis de la *in/seguridad* racial basado en las nociones de raza como significante deslizante, la ambivalencia del discurso racial y de género y la complejización de la manifestación de la violencia a partir de relaciones simultáneas de proximidad y distancia. A partir de ahí, analizamos las dinámicas de revitalización y pacificación en Lapa, Río de Janeiro, para destacar las ambigüedades de la *in/seguridad* en la vida cotidiana. Al traer a este contexto las experiencias de las mujeres travestis de Lapa, demostramos

tanto el imaginario racializado suscrito a las manifestaciones de violencia que sufren como las ambigüedades de sentirse inseguras en este espacio.

Palabras-chave: Relaciones internacionales. In/seguridad internacional. Raza y racismo.

Recebido em: 30 -01-2023

Aceito em: 06-12-2023

1 INTRODUÇÃO

Os Estudos da In/Segurança se desenvolveram em estreita proximidade com as Relações Internacionais (RI), de modo que muitas vezes é difícil traçar fronteiras claras, pois muitas de suas discussões, conceitos, pressupostos, ansiedades, desejos, dentre outros, se constituíram e se reforçaram mutuamente, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Barry Buzan e Lene Hansen (2009, p. 1, grifo dos autores, tradução nossa) argumentam que os Estudos da In/Segurança se diferenciam de outras discussões, como geopolítica, estratégia militar e os estudos da guerra, pois “toma *segurança*, ao invés de defesa como principal conceito”. Entretanto, *segurança*, que também é central para as Relações Internacionais, é um conceito contestado, assim como o campo de estudos que busca estudá-lo (KRAUSE; WILLIAMS, 2018).

Este artigo parte de uma necessidade de *pluralizar* as formas pelas quais o conceito de *in/segurança* é desenvolvido e concebido no âmbito das relações internacionais, como conjunto de práticas e campo do conhecimento. Ambos os conceitos de *segurança* e *insegurança* são intensamente disputados em campos interdisciplinares de produção do saber e prática política. Segundo John Hamilton (2013, p. 7, tradução nossa), o termo *segurança* opera em nosso “léxico político e cultural [de maneira] sobrecarregada, [...] multifuncional ou potencialmente ambígua”, uma vez que funciona como a base inúmeros discursos que se estendem desde a academia e instituições governamentais até as dinâmicas de publicidade da economia capitalista. Para tanto, compreendemos *in/segurança* internacional a partir das linhagem de pensamento da Sociologia Política Internacional (IPS), que a visualiza como encenada e modulada a partir da linguagem e práticas cotidianas (HUYSMANS, 2006; NYMAN, 2021), bem como de estudos de raça e racismo no/do internacional, que a apreendem “como um conceito, um conjunto de relações de poder e regimes de governo que são dinâmicos, mas fazem um trabalho específico para o capital, para a colonização e, portanto, para a fabricação de raças” (MACHOLD; CHARRETT, 2021, p. 39, tradução nossa). Diante disso, buscamos responder a seguinte pergunta de pesquisa: *como as dinâmicas de racialização e sexualização são (re)produzidas por práticas de in/segurança na Lapa, Rio de Janeiro?*

Nosso objetivo, portanto, é duplo. Primeiro, pôr em prática os conceitos de raça e racismo como categorias analíticas do estudo das RI (SILVA, 2021). Segundo, engajar com o conceito de *in/segurança* para promover formas mais *complexas* de concebê-lo, questionando dicotomias entre *norma/exceção*, *segurança/insegurança*, *proximidade/distanciamento* e centralizando as ambivalências contidas nos processos de racialização como formas de compreender a política internacional.

Desse modo, desenvolvemos uma compreensão de *in/segurança* a partir de um engajamento com uma literatura sobre dinâmicas de racialização. Isso nos possibilita não só ampliar os autores considerados relevantes para o estudo do internacional, como também desenvolver um entendimento de processos de racialização que concebam a raça como um significante que constitui diferentes dinâmicas da vida política, como a produção da diferença sexual e de gênero e a construção do espaço, por exemplo. Partindo disso, buscamos analisar as práticas de *in/segurança* na região da Lapa, Rio de Janeiro. Embora ele se constitua como um local que, historicamente, recebeu grande atenção *internacional* ao longo das décadas, é pouco estudado, com algumas exceções (AMAR, 2013), como um espaço da In/segurança Internacional.

Isto é, em consonância com a operação realizada por Xavier Guillaume e Jef Huysmans (2019), buscamos *densificar* tanto os *locais* quanto os *agentes, práticas, artefatos*, entre outros, da *in/segurança*, de modo analisar como ela emerge a partir do *cotidiano*. A partir disso, nos debruçamos em observar, de maneira específica, o simultâneo deslizamento de significantes racializados e generificados/sexuados nas relações de atribuição de significados à rede de práticas e imaginários de *in/seguranças* na experiência de mulheres travestis no cotidiano da Lapa.

O artigo é dividido em três partes. Na primeira seção oferecemos uma revisão crítica geral dos conceitos desenvolvidos na subárea dos Estudos de In/Segurança Internacional tradicionais e, posteriormente, dos Estudos Críticos de Segurança — Escola Galesa, Escola de Copenhague e Escola de Paris — e suas limitações no que diz respeito uma analítica racial, para então fornecer *formas outras* de engajar com as dinâmicas de *in/segurança* a partir de sua *dimensão sentida*, como proposto por Laura Sjoberg (2016), e *cotidiana*, a partir de Guillaume e Huysmans (2019). Na segunda seção desenvolvemos um entendimento de raça/processos de racialização e sua relação com a violência, desejo e proximidade, a partir de Stuart Hall (2017), Homi Bhabha (1998), Henrique Tavares Furtado (2022) e Lélia Gonzalez (1984). Buscamos evidenciar como tais entendimentos são relevantes para o estudo da *in/segurança* internacional. Na terceira seção, por sua vez, analisamos as dinâmicas ambíguas de *in/segurança* raciais e de gênero no cotidiano da Lapa, utilizando a experiência de mulheres travestis a fim de demonstrar o emaranhamento de processos considerados *locais/internacionais* e de práticas de *racialização/sexualização*. Finalmente, elaboramos uma breve conclusão.

2 RAÇA E RACISMO NOS ESTUDOS DA IN/SEGURANÇA INTERNACIONAL

A institucionalização da disciplina de Relações Internacionais como campo responsável pelo estudo do *internacional* ocorre no início do século XX (MENDES, 2019, p. 23-24). No centro das preocupações epistemológicas da disciplina que se consolidava, estavam as questões relativas à *segurança* - sobretudo em um cenário de institucionalização disciplinar no pós-Primeira Guerra Mundial, das falhas das organizações internacionais no contexto da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, no período incerto da Guerra Fria (MANCHANDA, 2021, p. 49; BUZAN; HANSEN, 2009, p. 2; KRAUSE; WILLIAMS, 2018, p. 18). O desenvolvimento da disciplina e das subáreas de Estudos de In/Segurança e Estudos Estratégicos, no entanto, está intimamente relacionado com as dinâmicas imperialistas, coloniais e do racismo científico (THAKUR; DAVIS; VALE, 2017; VITALIS, 2015). Tal vínculo, está atrelado à relação de co-constituição entre o desenvolvimento de uma hegemonia política estadunidense no contexto da Guerra Fria e de uma hegemonia científica que prescrevia formas particulares de *ser* e *saber* no/sobre o internacional (MENDES, 2019, p. 25).

O desenvolvimento da chamada *era de ouro* (BUZAN; HANSEN, 2009) dos Estudos Estratégicos e de In/Segurança Internacional durante a Guerra Fria se constituiu como o segmento dotado de autoridade para teorizar, diagnosticar e providenciar soluções para as questões relativas à constituição de ameaças internacionais, sobretudo a partir da centralidade da segurança do Estado (KRAUSER; WILLIAMS, 2018, p. 17). Estas preocupações eram consoantes, sobretudo, com a literatura hegemônica das RI que situava o Estado como o agente a ser protegido frente aos perigos do *sistema anárquico* no qual estava inserido, bem como as disputas de/por poder envolvendo os agentes que o compõe (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 31).

Entretanto, esta relação entre a produção de um conhecimento considerado legítimo sobre o que constitui a segurança e as formulações teóricas canônicas sobre o internacional advém de um extenso processo de *omissão e banalização* da raça (SILVA, 2021; MANCHANDA, 2021). Isso ocorre tanto a partir da completa exclusão de pessoas racializadas como produtoras de conhecimento internacional — ou seja, o *epistemicídio* negro (CARNEIRO, 2023) — quanto da desconsideração da raça (e do racismo) como categoria de análise da construção e do estudo do internacional moderno (SILVA, 2021, p. 31). Esta violência fica clara quando analisamos, a partir de Krause e Williams (2018, p. 18-19), as principais preocupações epistemológicas da subárea de Estudos de In/Segurança desde seu surgimento até meados dos anos 1980: (1) proliferação de armas; (2) teoria da dissuasão nuclear; (3) estratégia militar em

guerras de contrainsurgência; (4) controle de armas; (5) dilema de segurança; (6) formação e dinâmica de alianças; (7) equilíbrio entre ataque e defesa; e tópicos similares. A segurança é medida em termos da capacidade dos Estados de mobilizarem recursos (especialmente militares) como forma de se proteger no sistema anárquico frente a ameaças externas, sobretudo em contextos de conflitos entre grandes potências — o que reflete a extensa literatura da subárea de Estudos de In/Segurança (bem como das correntes realistas) em discutir sobre a bipolaridade no período da Guerra Fria (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 50).

A *era de ouro* dos Estudos Estratégicos, assim, é resultado de um sucessivo processo de ahistorização na disciplina de RI. Isto é, de uma deliberada *amnésia racial* (KRISHNA, 2001), que omite a centralidade do colonialismo e do racismo para a construção das bases epistemológicas e das práticas da disciplina, a exemplo dos conceitos de *anarquia*, *estado de natureza* e *soberania* (SAMPSON, 2002; JAHN, 1999; NISANCIOGLU, 2020), e desconsidera a violência imperial como uma condição de insegurança de pessoas racializadas perpetrada pelas grandes potências (KRISHNA, 2001, p. 406; SILVA, 2021, p. 40-41).¹

Desta forma, o enfoque exclusivo nos Estados como agentes de segurança, baseados em um padrão europeu-ocidental, (re)produz o apagamento de formas outras de conceber os processos de *in/segurança* para além do Estado e, simultaneamente, impossibilita sua compreensão enquanto um agente perpetrador de violência (BARDER, 2019).² Esta omissão, por sua vez, mantém noções binárias entre *dentro/fora*, *norma/exceção* que prescrevem o *Estado* como o espaço da comunidade política e da segurança e o *internacional* como o espaço da violência generalizada e da insegurança (WALKER, 1992; BARKAWI, 2016). Outra consequência é o apagamento de reivindicações de atores que não se enquadram a tal padrão, como durante o processo de descolonização africana (GROVOGUI, 2002, p. 316); e, sobretudo, da participação de agentes não-anglo/europeus nos processos de *in/segurança* das grandes potências (BARKAWI; LAFFEY, 2006). Finalmente, as dinâmicas de hierarquização racial presentes na disciplina de RI (ENLOE, 1996) e nas sub-áreas de Estudos Estratégicos e Estudos de In/Segurança Internacional prescrevem uma falsa *neutralidade* e *racionalidade* nas narrativas sobre os con-

-
- 1 Um exemplo da omissão da importância das questões raciais na disciplina é relacionado ao periódico fundador das RI: embora atualmente ele seja intitulado *Foreign Affairs*, o nome dado durante sua fundação em 1910 era *Journal of Race Development* (VITALIS, 2015). O objetivo do periódico era “discutir os problemas relacionados ao progresso das raças e dos Estados considerados atrasados nos seus padrões de civilização” (BLAKESLEE, 1910, p. 1 *apud* SILVA, 2021, p. 41). O nome do periódico foi alterado para o que conhecemos hoje em 1919 (*ibid.*).
 - 2 Barder (2019), por sua vez, traz a noção de um *imaginário racial global* como uma analítica para compreender as dinâmicas raciais na construção de *in/seguranças* na política global - em oposição ao conceito tradicional de anarquia, por exemplo.

flitos entre as grandes potências, o que atua na reprodução e na sustentação dos processos de violência, exclusão e omissão de pessoas racializadas (JACOBS, 2013).³

Tendo isso em vista, questionamentos aos pressupostos centrais dos Estudos Estratégicos e dos estudos da segurança tradicional se intensificaram e mudaram de foco nas últimas três décadas do século XX, especialmente no contexto de pós-Guerra-Fria (BUZAN; HANSEN, 2009). Segundo Buzan e Hansen (2009), as diferentes formulações teóricas que emergiram, a despeito das suas diferenças em relação à possibilidade de expansão do conceito de segurança, convergiam no entendimento de que “a estreiteza da agenda militar centrada no estado era analiticamente, politicamente e normativamente problemática” (*ibid.*, p. 187, tradução nossa). Entretanto, conservam-se a marginalização das dinâmicas coloniais e raciais e/ou pressupostos racistas e eurocêntricos nos principais movimentos teóricos dentro do que ficou conhecido como estudos críticos da segurança (CHANDLER; CHIPATO, 2021; MANCHANDA, 2021).⁴

Com forte influência dos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, especialmente Max Horkheimer, Theodor W. Adorno (WYN JONES, 2005) e Jürgen Habermas (LINKLATER, 2005), a Escola Galesa propôs um alargamento da compreensão de segurança. Quatro dos pressupostos centrais propostos pelos autores do movimento teórico são: uma compreensão de segurança na qual “os seres humanos individuais são a referência principal” (BOOTH, 1991, p. 319-320, tradução nossa); a busca pela alteração do *status quo* (WYN JONES, 2005; LINKLATER, 2005); a relação mutuamente exclusiva de segurança com ausência de constrangimentos; e a articulação, proposta inicialmente por Booth (1991), entre segurança e emancipação, na qual “[a] emancipação, não o poder ou a ordem, produz verdadeira segurança. Emancipação, teoricamente, é segurança” (BOOTH, 1991, p. 320, tradução nossa).

A despeito das diferentes compreensões sobre o que significaria emancipação e como alcançá-la, em nossa visão, os autores não questionam as dinâmicas coloniais, de racialização

3 Esta relação é elucidada por Jacobs (2013) ao revelar o colonialismo militar intrínseco ao período de conflito nuclear entre os EUA e a URSS, uma vez que as testagens de armas nucleares pelas grandes potências eram realizadas, sobretudo, em locais de residência de pessoas racializadas e politicamente marginalizadas, expondo-as à precipitação radioativa; perda do lar e contaminação terrestre.

4 No presente trabalho não buscamos problematizar quais perspectivas teóricas o termo estudos críticos da segurança deve ou não incluir. Apesar do termo, em caixa alta, ter sido inicialmente reivindicado pela Escola Galesa/ Aberystwyth para nomear seu projeto teórico (WYN JONES, 2005, p. 215; GOMES, 2017, p. 177), este passou a ser utilizado, e assim também o fazemos neste trabalho, como *termo guarda-chuva* para incluir os esforços teóricos que questionaram o estadocentrismo e o foco militar do campo de estudos e propuseram novas compreensões do que seria a in/segurança (BUZAN; HANSEN, 2009; GUERRA, 2021; WILLIAMS; KRAUSE, 1997). Devido a impossibilidade de incluir todas as vertentes em cada uma das diferentes abordagens teóricas, analisamos: Escola Galesa/ Aberystwyth, Escola de Copenhague e Escola de Paris.

e de genderização que delimitam e sustentam a violência e a opressão das políticas de segurança no/do internacional moderno. Isso tem ao menos três implicações. Primeiro, apesar de reivindicar a necessidade de contestar o *status quo* e de *emancipação*, tais autores têm uma noção restrita de ambos, não alcançando, por exemplo, a imbricação entre a emancipação do sujeito liberal e subordinação racial que subjaz as estruturas racistas de poder, pois, como argumenta Saidiya Hartman, “os discursos emancipatórios de direitos, liberdade e igualdade instigam, transmitem e afetam formas de dominação racial” (HARTMAN, 1997, p. 116, tradução nossa). Segundo, tais autores constroem e reproduzem argumentos baseados em preceitos racistas e eurocêtricos, como Booth (1991) e seus exemplos de *Estados falidos* (de *Terceiro Mundo*) como ameaças à segurança e impedimentos à emancipação, e, de maneira implícita, o *mundo branco* (os Estados *desenvolvidos* e o Ocidente) como referência de emancipação política e com o *fardo* de estender tal privilégio para o *mundo não branco*.

O terceiro ponto, enfim, é que sustentam tanto noções dicotômicas de *segurança/emancipação*, *insegurança/violência* e *norma/exceção*, quanto a segurança como algo necessariamente positivo e que deve ser maximizado. Assim, não compreendem como segurança é uma tecnologia de governo e de conformação ao *status quo* e, logo, como, na verdade, “segurança e opressão são os dois lados da mesma moeda” (NEOCLEOUS, 2008, p. 5, tradução nossa). Além disso, não levam em conta que o sujeito da segurança é “forjado e sustentado dentro de um ordenamento específico (desigual) do internacional moderno” (VIJ, 2019, tradução nossa) e que tem suas características “historicamente construídas sobre a imagem do sujeito homem, europeu, cisgênero, hétero, branco” (GUERRA, 2021, p. 32, tradução nossa).

Apesar da relevância da Escola Galesa, foram os pressupostos teóricos desenvolvidos pela Escola de Copenhague e sua *teoria da securitização* que tiveram um impacto profundo nos Estudos da In/Segurança (KRAUSE; WILLIAMS, 2018). Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998), em seu influente livro sobre a ampliação dos estudos da segurança, buscam compreender como determinados elementos se tornam uma questão de segurança a partir do que chamam de *securitização*, “desvia[ndo] o conceito de qualquer objeto específico a ser protegido (como o Estado), ou de um tipo específico de ameaça (proveniente apenas de forças externas, militares, por exemplo) (KRAUSE; WILLIAMS, 2018, p. 10, tradução nossa).

No entanto, isso significa definir uma fronteira precisa entre *norma/exceção* e *insegurança/segurança*. Tendo isso em vista, como argumenta Didier Bigo (2008), mesmo que a *teoria da securitização* tenha proposto um alargamento do significado de *segurança*, manteve uma essência do que ela é: como uma questão *excepcional*, relacionada a ameaças à sobrevivência e oposta ao reino *normal* da política, o que fica claro quando Buzan, Wæver e de Wilde

(1998) defendem a *dessecuritização* como um caminho desejável, pois ela seria um processo de retornar do *excepcional (segurança)* para o *normal (política)* (HOWELL; RICHTER-MONTPETIT, 2020; BIGO; MCCLUSKEY, 2018). Esse último ponto, segundo Alisson Howell e Melanie Richter-Montpetit (2020, p. 6, tradução nossa) é especialmente problemático, pois “corre o risco de minimizar a violência racial da política normal (liberal)”, o que, segundo as autoras, é parte de um imaginário eurocêntrico e racista mais amplo sobre o qual a teoria se constrói e também reproduz.

A Escola de Paris, por fim, complexifica a relação entre *segurança/insegurança* e *norma/exceção*, pois um de seus principais pressupostos é que todo processo de *securitização* implica *insecuritização* (BIGO, 2008). Isso impõe compreender, também, que um processo de *in/securitização* não é a transferência de algo da *política* para a esfera da *exceção*, mas está precisamente inserido em conflitos, tensões e contradições políticas e burocráticas em diversos campos de poder (BIGO, 2008; BIGO; MCCLUSKEY, 2018). Ou seja, “[t]em a ver com decisões burocráticas mais mundanas da política cotidiana, com rotinas weberianas de racionalização” (BIGO, 2008, p. 126, tradução nossa), ou, como afirma Jef Huysmans (2006), relaciona-se com processos de *modulação da in/segurança* a partir da integração de uma determinada questão em rotinas burocráticas. Desse modo, como argumenta Huysmans (2006, p. 10, tradução nossa), “[v]isões de insegurança e sua institucionalização em tecnologias e práticas cotidianas reiteram imaginações sobre a natureza da própria política”, ou seja, práticas de *in/securitização* não apenas buscam diferenciar um *campo da segurança* como externo ao da *política*, mas também o que são a *política* e as suas práticas (BIGO; MCCLUSKEY, 2018).

Apesar de argumentarem que a oposição entre *segurança/insegurança* e *norma/exceção* não são tão claras quanto se faz parecer, as compreensões de Bigo (2008), Bigo e Mckluskey (2018) e Huysmans (2006), entretanto, ainda mantém uma noção restrita do que é *segurança* quando confrontamos com a dimensão racial. Ao argumentarem uma possibilidade generalizada de que qualquer *coisa* pode ser implicada em práticas de *in/segurança* (BIGO, 2008, p. 125), os autores falham em considerar, como argumentam Howell e Richter-Montpetit (2018, p. 7, tradução nossa) sobre os Estudos Foucaultianos de In/Segurança, “o papel do racismo na [...] distribuição desigual da vulnerabilidade”. Em outras palavras, como não há um *sujeito abstrato* e em condição de igualdade a ser *in/securitizado*.

Dito isto, acreditamos que poderíamos expandir algumas das compreensões dos *Estudos da In/Segurança* em duas direções conjugadas: uma noção feminista, *sentida e experiencial* da *in/segurança* (SJOBORG, 2016) e uma análise a partir do entendimento do *cotidiano* (GUILLAUME; HUYSMANS, 2019). Laura Sjoborg (2016), ao propor que os estudos críticos da

segurança levem em conta a distribuição de *in/seguranças* globais a partir de hierarquias de gênero, argumenta que “segurança e insegurança acontecem em diferentes *lugares* e de diferentes *maneiras* do que pode ser imaginado pelas perspectivas tradicionais do que significa estar *seguro/inseguro*” (SJOBORG, 2016, p. 54, grifo da autora, tradução nossa). Ademais, afirma que a *in/segurança* é constituída e constitui *sentimentos, sensações e experiências*. Desse modo, desestabilizamos as separações entre *segurança/insegurança* e *norma/exceção*, pois as entendemos como contingentes e ambivalentes, de forma que é possível sentir-se *seguro* e *inseguro* ao mesmo tempo e não há, portanto, um estado unívoco de *normal* ou *excepcional*. Isso nos permite discutir os sentimentos ambíguos de *in/segurança* a partir de uma compreensão descentralizada, que desloque tanto o entendimento do que é *in/segurança* quanto seu *local* (a *alta política*).

Assim, um segundo movimento seria compreender a dimensão cotidiana da *in/segurança*. Compreendemos o *cotidiano*, a partir de Guillaume e Huysmans (2019), tanto como “mais do que um tipo particular de local [...] ou uma qualidade particular de objetos e pessoas” (p. 279, tradução nossa) quanto mais que uma representação de um nível ou escala específicos da vida política, “mas uma análise distinta da política como tal” (*Ibid.*, tradução nossa). Assim, Guillaume e Huysmans (2019) propõem que o cotidiano deve ser entendido como um *dispositivo nominalista* (*nominalist device*), ou seja, uma forma distinta de pensar e nomear, a partir de uma determinada linhagem de pensamento, práticas, sujeitos, objetos, espaços, dentre outros, como significantes na performance do próprio *cotidiano*.

Além disso, Guillaume e Huysmans propõe que a nomeação do cotidiano realiza duas operações. A primeira, introduz a abundância da política, que “busca tornar comum a vida política” (*Ibid.*, 2019, p. 282, tradução nossa), tanto pela consideração de novos atores como agentes políticos do internacional quanto pela densificação da vida política ao enxergar sua performance em diferentes locais e práticas, rompendo tanto com escalas (micro, macro, alta e baixa) quanto com hierarquizações (ordinário e extraordinário). A segunda, o reconhecimento da significância política das temporalidades efêmeras, compostas por momentos passageiros e instáveis, questionando a noção de temporalidade associada a momentos disruptivos e excepcionais que sustenta uma certa compreensão das Relações Internacionais e da política de modo geral. Nesse sentido, o cotidiano, como *dispositivo nominalista*, nos move a uma compreensão de “política como emergente” (*Ibid.*, p. 290), que opera através da indeterminação e da multiplicação dos nossos entendimentos de *práticas, temporalidades* e *locais* da política.

Assim, uma compreensão de segurança cotidiana é mais do que simplesmente adicionar um adjetivo à palavra e buscar inserir novos atores, práticas ou locais em nossas análises. Ade-

mais, cotidiano nos é útil, pois fornece a base para “desafiar um modo de análise política que conceitua a politização como uma prática de intensificação, de aumento da intensidade que a ação estabelece entre uma unidade ou ordem política [...] e um conjunto de eventos” (*Ibid.*, p. 285, tradução nossa), que, no caso dos Estudos da In/segurança, se dá, por exemplo, por “[c]onversas sobre crises, ações de emergência e representações de pontos de ruptura radicais na história” (*Ibid.*, tradução nossa). Assim, uma análise da vida cotidiana da in/segurança significaria repensar nossa compreensão de in/segurança através de operações de densificação e de reconhecimento da significância política do efêmero, de modo a, ao invés de enquadrar determinadas práticas em uma concepção pré-concebida do que a *in/segurança* é, visualizar como ela emerge, às vezes de maneira momentânea e temporária, a partir de um conjunto de práticas, locais, atores, dentre outros. Entretanto, tanto a concepção de *in/segurança* sentida e contingente de Sjoberg (2016), quando a compreensão de cotidiano de Guillaume e Huysmans (2018), não levam em conta como a dimensão racial é central na delimitação das nossas compreensões do internacional e na forma como ele se expressa em suas dimensões estruturais e cotidianas (RUTAZIBWA, 2016). Com isso em mente, propomos na próxima seção uma compreensão de raça e racismo que nos permitam engajar com as políticas de *in/segurança* em suas manifestações ambivalentes, sentidas e cotidianas.

3 RACIALIZANDO A IN/SEGURANÇA

Como desenvolvido na seção anterior, as bases da disciplina e da prática das RI se constituem a partir de uma tentativa de *adiar lidar com a diferença* (racial) (INAYATULLAH; BLANEY, 2004). A criação do internacional não prescreve apenas processos de fronteirização territoriais a partir de divisões geográficas do espaço global entre Estados, mas, sobretudo, toma parte em um esforço constante de manutenção de uma ruptura espaço-temporal entre o Estado moderno e seu sujeito soberano e o que é considerado pré-moderno, não-humano, selvagem. A atribuição de terminologias dicotômicas (normal/perverso, forte/fraco, progressista/tradicional, humano/não-humano, por exemplo) é carregada de simbologias racializadas, genderizadas e sexualizadas que são mobilizadas com o intuito de inferiorizar os sujeitos não-ocidentais e não-brancos (e seus espaços) e, portanto, reproduzir uma diferença supostamente ontológica entre o *eu-ocidental* (e o *eu-branco*) e o *outro-não-ocidental* (INAYATULLAH; BLANEY, 2004).

A construção deste *Outro*, portanto, carece de um posicionamento espacial e temporal fixo, bem como de uma representação e uma imaginação unívocas sobre o que ele é. Isto é,

a diferença é algo que deve ser constantemente reproduzida. Neste sentido, Achille Mbembe (2014) evidencia tais processos de constante construção do negro, especificamente, no discurso colonial:

Se o fóssil, escreve Foucault, é “aquilo que deixa substituir as semelhanças através de todos os desvios que a natureza percorreu e se funciona desde logo como uma forma longínqua e aproximativa da identidade, o monstro, pelo contrário, narra, como em caricatura, a gênese das diferenças”. No grande quadro das espécies, gêneros, raça e classe, o Negro, na sua magnífica obscuridade, representa a síntese dessas duas figuras (FOUCAULT, 2000, p. 216 *apud* MBEMBE, 2014, p. 39-40).

Seguindo Mbembe (2014), como podemos engajar produtivamente com os *interstícios* da subjetivação do negro pelo discurso colonial? Mais especificamente, como abordar a raça a fim de considerá-la uma categoria analítica fundamental para o entendimento do internacional, de modo geral, e do conceito de segurança, especificamente, levando em consideração seu constante processo de *devir*, sua incessante construção, reconstrução e rearticulação? Como formular uma analítica da raça no âmbito dos Estudos de In/Segurança Internacional que nos permita observá-la como “estrutura e não recorte” (SILVA, 2021, p. 48) e, ao mesmo tempo, como “[a] ‘atmosfera de certa incerteza’ que envolve o corpo, atesta[ndo] sua existência e ameaça[ndo] seu desmembramento” (BHABHA, 1986, p. XVI)?

Sugerimos, portanto, um engajamento entre o conceito de *raça como significante deslizando* de Stuart Hall (2017) e a *analítica de ambivalência* proposta por Homi Bhabha (1998) para complexificar dinâmicas de *in/segurança* que sejam sensíveis à dimensão racial. Este engajamento parte de uma necessidade de articular o conceito de raça como basilar para a compreensão da política sem fornecer uma definição *estrita* do que ela é. Fazê-lo seria especialmente contraproducente em relação a uma analítica que busca evidenciar e questionar a violência contida em perspectivas *naturalistas* sobre o que caracteriza (ou não) a política internacional. Neste sentido, pretendemos oferecer não um conceito estático, mas um engajamento com a raça como um *dispositivo nominalista*, que nos encoraja a pluralizar os *sujeitos*, os *espaços*, os *artefatos* e as práticas de (re)produção da raça na/da *in/segurança* internacional.

Tendo isso em vista, Stuart Hall (2017), constrói uma compreensão da produção da diferença racial que está embasada em um conjunto de discursos sobre o *Outro*. Isto é, o autor considera que o discurso “deve ser compreendido como aquilo que dá sentido à prática e às instituições humanas, aquilo que nos permite dar sentido ao mundo e, portanto, aquilo que torna as práticas humanas significativas” (*Ibid.*, p. 31, tradução nossa). Para Hall, portanto, a raça se constitui como uma categoria discursiva *mestre*, uma vez que se apresenta como “a

peça central de um sistema hierárquico que produz diferenças” e nos fornece formas de *compreender o mundo* (*Ibid.*, p. 32-33, tradução nossa). O autor está engajando produtivamente com a encruzilhada entre as concepções da raça a partir de narrativas biologizantes sobre o negro e a produção da diferença a partir de práticas culturais que parecem ser naturalizadas e, de uma forma ou outra, ainda fazem do discurso racial “um dos grandes e persistentes sistemas classificatórios da cultura humana” (*Ibid.*, p. 46, tradução nossa). O que o autor busca compreender, conseqüentemente, não é se há ou não um fundamento *real* que ancore estes discursos racializantes, mas sim *como* eles operam.

O conceito de *significante deslizante*, portanto, diz respeito à constituição de um sistema discursivo de diferença racial que dá *sentido* às diferenças materiais, constituindo-se como uma forma de *ler* a superfície e as partes dos corpos e, desta forma, *produzir* e regular a conduta dos sujeitos baseando-se em processos de racialização (*Ibid.*, p. 51). Este significante deslizante opera a partir de uma amálgama de *regimes de verdade* que buscam fornecer um conhecimento específico e absoluto como forma de *fixar* a diferença — mesmo que esta operação seja impossível (*Ibid.*, p. 56-57). Isto posto, a produção da raça para Hall ocorre a partir da “interação entre a representação da diferença, a produção do conhecimento e a inscrição do poder no corpo” (*Ibid.*, p. 48, tradução nossa) — isto é, uma relação tríplice entre *saber-poder-diferença*, para acrescentar à lógica Foucaultiana — que então opera por meio de uma “cadeia de equivalências” discursivas entre a natureza e a cultura (*Ibid.*, p. 57). Esta cadeia de equivalências, por sua vez, garante uma relação significante-significado que, ao deslizar, é suportada pelos binários da diferença que correspondem com a leitura feita do sujeito racializado: o fenótipo, que embasa a diferença racial no nível óptico, é então considerado verdadeiro na cadeia no lado genético; similarmente, essa diferença física pode ser deslocada no nível cultural (o lado oposto da cadeia) para conferir legitimidade aos discursos de diferença social, intelectual e cognitiva de pessoas racializadas (*Ibid.*, p. 64).

Tomando a compreensão de *raça como significante deslizante* de Hall (2017), podemos compreender como o significante racial pode se acoplar de maneira difusa aos outros significantes, como o de sexo/gênero, e, desta forma, mobilizar diversas cadeias de deslizamento, que, a depender da dinâmica entre as partes corporais, os gestos e os símbolos articulados, propiciam formas diversas de ver *sujeitos* nos espectros de inteligibilidade. Neste sentido, Homi Bhabha (1998) nos oferece uma *analítica da ambivalência* para o entendimento da produção da diferença colonial, precisamente a partir desse acoplamento entre racismo e sexismo. Similar a Hall, Bhabha prescreve que o discurso colonial opera de forma a tentar *fixar* a identidade do colonizado por meio de estereótipos que mobilizam significantes raciais e sexu-

ais. A despeito desta tentativa momentânea de fixação, este discurso se mostra ambivalente por compor o “[r]epertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto o colonizador como o colonizado)” (*Ibid.*, p. 106). O estereótipo, segundo Bhabha, é a principal estratégia do discurso colonial que busca fixar as formas de representação do *Outro*, seja racial, cultural ou historicamente.

A maneira como o estereótipo opera é a partir da conferência momentânea de um “ponto seguro de identificação” de algo que é construído como certo e fatural, mas que precisa ser constantemente (e ansiosamente) provado a partir da repetição e reencenação desta posição (BHABHA, 1998, p. 105). Ou seja, a partir da ambivalência, o discurso colonial é construído por um jogo simbólico de excesso e falta que garante “sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização; [e] produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade” para provar e explicar a representação do *Outro* (*Ibid.*, p. 106). Para Bhabha, é a articulação dos discursos racial e de sexualidade que delimita localizações ambíguas, inconstantes e muitas vezes contraditórias do colonizado e do colonizador, a partir de um “conluio perverso e polimorfo entre o racismo e o sexismo como uma *economia mista*” (*Ibid.*, p. 109, grifo do autor), no regime de verdade do discurso colonial. Tal construção ambivalente da alteridade e do “colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um ‘outro’ e ainda assim inteiramente apreensível e visível” (*Ibid.*, p. 111) evidencia as complexidades envolvidas na constituição dos estereótipos no imaginário colonial.

O negro é ao mesmo tempo selvagem (canibal) e ainda o mais obediente e digno dos servos (o que serve a comida); ele é a encarnação da sexualidade desenfreada e, todavia, inocente como uma criança; ele é místico, primitivo, simplório e, todavia, o mais escalado e acabado dos mentirosos e manipulador de forças sociais (*Ibid.*, p. 126).

Além disso, a leitura proposta por Bhabha (1998) do estereótipo como fetiche nos permite compreender a construção de “uma ‘identidade’ baseada tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma” (*Ibid.*, p. 116). Logo, o autor traça as ambiguidades, fantasias, recusas e desejos envolvidos no *jogo* repetitivo da constituição de sujeitos e hierarquias — colonizador e o colonizado, *Eu* e *Outro* — pelo discurso e exercício do poder colonial.

Tendo isso em vista, nos cabe agora discutir brevemente como tal compreensão impõe desafios ao nosso entendimento de *violência* e sua relação com os corpos racializados. A des-

peito de uma importante literatura acerca da relação entre colonialismo, genocídio e/ou *lógica de eliminação* dos povos nativos (WOLFE, 2006; SMITH, 2015), o que parece ser delineado é que a *violência* é utilizada de modo meramente instrumental pelos regimes coloniais para se instituir e se perpetuar. Porém, a leitura de Hall (2017) e Bhabha (1998) nos convida a compreender que há mais coisas em *jogo*: a violência não é um mero instrumento, mas também um *objeto de desejo* (KOTEF, 2019, p. 17), e se manifesta na construção da alteridade por outros processos que não somente de *eliminação física*.

Nesse sentido, gostaríamos de delinear a contribuição de Henrique Tavares Furtado (2022) e Lélia Gonzalez (1984). Furtado (2022), ao discutir as dinâmicas de reprodução da *boa vida* em condomínios fechados, argumenta que esses locais nos mostram as manifestações ambíguas da violência entre *eliminação/exclusão* e indispensabilidade do *Outro*, pois “[a] pesar de prometer um mundo de reclusão, o condomínio fechado só pode sobreviver e prosperar acomodando constantemente aqueles que prometem ‘manter do lado de fora’” (*ibid.*, p. 103, tradução nossa). Desse modo, argumenta que o *Outro racializado* — e a exploração de seu trabalho — não é apenas indispensável para a manutenção da *boa vida* nos condomínios, complexificando — porém, não negando — seu posicionamento como um *corpo dispensável*, mas também que tais locais expressam experiências de *desarranjo*⁵, de *desordem* psíquica e subjetiva, a partir da estruturação de um espaço de *encontros forçados* entre *trabalhadores racializados* e *patrões* (*ibid.*).

Assim, longe de ser um espaço hermético, de separação completa entre *Eu* e *Outro*, os condomínios fechados nos mostram uma dinâmica de violência que se dá justamente por relações de *intimidade*, pois delas depende para sua reprodução. Nesse sentido, “a segregação funciona como uma proclamação da diferença em proximidade; quanto mais próximos e mais visíveis os espaços segregados forem em relação às áreas não segregadas, mais clara será sua mensagem” (*ibid.*, p. 108, tradução nossa). No condomínio, portanto, “é a igualdade, e não a diferença, que assombra o encontro entre patrões e empregados” (*ibid.*, p. 108, tradução nossa), porque o que o *patrão* teme é justamente confrontar-se com a *humanidade* do *Outro*, que é, ao mesmo tempo, indispensável e incômodo pela sua presença disruptiva. A violência e

5 Segundo Furtado (2022) as experiências de desarranjo são de ordem distinta. No caso do *Outro*, aqui entendido sob a figura do *empregado (racializado e precarizado)*, o desarranjo se constitui pelas dinâmicas de acumulação de capital e construção da diferença racial, que institui uma “experiência de vida como exílio” (FURTADO, 2022, p. 105, tradução nossa). Já para o *patrão*, especialmente no caso da América Latina, o desarranjo se impõe por uma fantasia de superioridade que se manifesta como fragilidade, pois “eles são dolorosamente conscientizados de seu próprio subdesenvolvimento em todos os lugares aonde vão; o atraso que se mantém como uma medida eterna do imenso abismo que separa os latino-americanos da divindade que eles adoram (o sonho europeu)” (FURTADO, 2022, p. 106, tradução nossa).

a crueldade se expressam, assim, como formas de manter a acumulação e para lidar com esses *encontros* incômodos cotidianos.

Lélia Gonzalez (1984), por sua vez, também desestabiliza a *lógica da eliminação* ao explorar, a partir da psicanálise, as manifestações conscientes e inconscientes do racismo na cultura brasileira. Ao trabalhar com os conceitos de *consciência* e *memória*, Gonzalez (1984) desloca as manifestações do racismo na sociedade brasileira da *intenção* dos discursos para seus *efeitos* não pretendidos. Este movimento analítico permite compreender a relação entre “o desconhecimento, o encobrimento, a alienação [e] o esquecimento” impulsionados pela consciência que prescreve um discurso ideológico supostamente não racializado e a memória como “lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade”, que revela o racismo implícito dessas narrativas (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Assim, Gonzalez (1984), ao explorar as manifestações da violência sobre a mulher negra a partir do *conluio*, para usar os termos de Bhabha (1998), entre racismo e sexismo, compreende que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (*ibid.*, p. 224, grifo da autora). Gonzalez (1984) evidencia, assim, uma tensão fundamental que orienta o desenvolvimento de discursos racistas, sejam eles embasados na *biologia* ou na *cultura*: o discurso brasileiro sobre *democracia racial*, ao mesmo tempo que é constituído por um imaginário racista, vê o negro como seu *objeto de desejo*. Ou seja, o racismo se manifesta como uma forma de tentar *ocultar* ou se *libertar* “da angústia de se defrontar com o recalçamento” (*ibid.*, p. 232), de modo que a violência se manifesta como *denegação*, pelo processo simultâneo de *reconhecimento* e *recusa* de confrontar o fato de que é ela, a mulher negra, que “inaugura a ordem significativa de nossa cultura” (*ibid.*, p. 237). Com isso, Gonzalez (1984) não argumenta que não há *violência* na construção da alteridade, mas complexifica as formas como ela se manifesta, pois *exclusão* e/ou a *segregação* opera a partir de um *jogo implícito* de proximidade e distanciamento físico e simbólico entre o *branco* e o *negro*.

Tendo isso em vista, acreditamos que tanto Furtado (2022) quanto Gonzalez (1984) nos permitem compreender como a *eliminação/exclusão/assimilação* não são suficientes para entender as formas de violência que se manifestam na construção e relacionamento com o *Outro* na modernidade-colonial. Por outro lado, também não parecem delinear somente que o *Outro* é *indispensável* — seja pela indispensabilidade do trabalho precarizado, no caso de Furtado (2022), seja pela centralidade na formação cultural brasileira, no caso de Gonzalez (1984). Mas que ambas, *eliminação* e *indispensabilidade*, não são mutuamente exclusivas e podem fazer parte de manifestações ambíguas da violência em relação ao *Outro*. Gonzalez (1984), por exemplo, ao utilizar as *noções* — muitas vezes assumidos pela mesma mulher ne-

gra — da rainha da escola de samba, da mãe preta, da doméstica e da mucama, nos mostra como a violência exercida sobre ela transmuta-se desde o *endeusamento* à discriminação e às agressões cotidianas.

Os entendimentos das manifestações da raça/racismo empreendido pelos autores, portanto, complexificam o estudo sobre os processos de *in/segurança internacional*, uma vez que nos encorajam a analisar o caráter *ambivalente* das manifestações da raça nesses processos. Assim, permitem-nos compreender como este *conceito* é apropriado, reapropriado e articulado de inúmeras formas e por inúmeros atores nas construções *discursivas* sobre a *in/segurança*, fundamentado em cadeias plurais de deslizamento. A partir disso, conseguimos questionar os pressupostos prevaletentes dos Estudos da In/Segurança e sua relação entre política e *intensidade*, de modo a ir além do *paradigma da guerra* (FURTADO, 2022, p. 99) e de um imaginário militarizado, entendendo como a violência se manifesta no cotidiano e em *proximidade*, não apenas em situações excepcionais. Com isso, também *densificamos* nossa compreensão de *in/segurança*, pois deslocamos a visão do exercício da violência tanto para além de *espaços e da gramática da guerra* quanto de seu exercício unicamente por *atores de segurança*, estatais, como o exército e a polícias, ou não-estatais, grupos paramilitares, terroristas, dentre outros.

4 PRAZER E/COMO VIOLÊNCIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE IN/SEGURANÇA A PARTIR DO COTIDIANO DE TRAVESTIS NA LAPA, RIO DE JANEIRO

Como forma de colocar o exercício analítico proposto na seção anterior em prática, na presente seção nos debruçamos em analisar a região da Lapa, no Rio de Janeiro, a partir das suas múltiplas atribuições de significado aos processos ambivalentes de *in/segurança* e a partir de uma atenção especial dada às manifestações da raça no *cotidiano* em contraposição às grandes determinações da política (internacional) tradicional. A região da Lapa está envolvida em práticas políticas difusas que tensionam os níveis de análises escalares e concêntricos comumente empregados nas RI e, desta forma, introduzem uma *abundância* de atores que se relacionam de maneira horizontal⁶ (GUILLAUME; HUYSMANS, 2018). Isto é, esta região está si-

6 Segundo Guillaume e Huysmans (2019, p. 283, tradução nossa), a horizontalidade, neste caso, não diz respeito a uma concepção simétrica das relações de poder, mas sim a “uma analítica em que processos como a globalização ou a soberania, ou entidades como o Estado ou sistemas-mundo, só existem na medida em que são encenadas nas práticas, relações ou emaranhados diários”.

tuada no interior dos processos coloniais de exploração de territórios e recursos nas Américas; do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas; das sucessivas práticas de urbanização na cidade do Rio de Janeiro como forma de projetá-la no mercado econômico global (*eurocêntrico*) (MAIA; ROCHA, 2015); de contínuos aterramentos e deslocamentos forçados de moradores da região; e, finalmente, da implantação de redes transnacionais de práticas de policiamento (MÜLLER, 2016).

Desta forma, a região *complexifica* as noções de *in/segurança* ao se constituir não como um espaço de significado unívoco, mas sim como uma espacialização com *excesso* de significados, sempre em construção e disputa política. Haydée Caruso (2015, p. 69) aponta tais complexidades ao demonstrar como a Lapa se apresenta simultaneamente como um “território marcado por tempos de apogeu e visibilidade e tempos de declínio e conseqüente ostracismo” e como um espaço de “centralidade cultural, artística e política”, assim demonstrando os emaranhamentos de múltiplas práticas de construção de espacialidades e temporalidades. Por exemplo, durante a década de 1920, após o período de urbanização de Pereira Passos, a região se constituiu como “o berço da boemia carioca” (ROCHA; MAIA, 2015, p. 147). Esta nomeação se deu a partir de processos sociopolíticos ambivalentes que, por um lado, buscavam *civilizar* o país frente aos demais Estados do sistema internacional e, por outro lado, criavam simbologias sobre o espaço a fim de apresentá-lo como “[o] reduto da malandragem, [o] paraíso dos sabidos e calvário dos otários, [o] mostruários de mulheres famosas, [o] centro da vida política do país” (ANTÔNIO, 2001, p. 140 *apud* SILVEIRA, 2004, p. 121), por ter um grande contingente populacional negro que, historicamente, reunia em um só espaço “capoeiras, ex-escravos, vagabundos ou moradores de cortiços que poderiam ser definidos como ‘pobres livres’” (CARUSO, 2015, p. 70).

Estes processos múltiplos de atribuição de significado à Lapa, portanto, se dão a partir da criação de discursos ambivalentes resultantes do acoplamento simultâneo de *estereótipos* raciais e sexuais inseridos em dinâmicas políticas, culturais, patrimoniais e sociais do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que, sucessivamente, uma rede de práticas de urbanização e sanitização são implementadas como forma de transformar os padrões de mobilidade da região — expulsando sujeitos indesejados e buscando *enobrecer* o espaço (RUBINO, 2009) —, se constitui uma *imagem* da Lapa como atrativa para o entretenimento noturno justamente porque se ela se estabelece como um espaço da cultura popular negra brasileira.

Isto é, a Lapa é construída como um espaço de múltiplos deslizamentos de significantes raciais/sexuais e de gênero, possibilitando a ocupação de várias posições racializadas: o homem negro que pode ser, ao mesmo tempo, *malandro*, *trombadinha*, *traficante* e *mestre do samba*; a mulher negra, que, como vimos na seção anterior a partir de Gonzales (1984), de dia

é *doméstica* e de noite é *musa do carnaval*; as trabalhadoras do sexo da região que, sobretudo quando falamos de mulheres travestis, são *baderneiras, promíscuas, desordeiras e violentas* e, simultaneamente, *fantasias de desejo* de homens de família.

Neste sentido, podemos observar, a partir da analítica proposta por Hall (2017) e Bhabha (1998), como o processo de construção de discursos sobre o *Outro* racializado ocorre a partir da constante reprodução da *diferença*, articulada em graus múltiplos de inteligibilidade a partir de diversos estereótipos raciais — e a consequente racialização do *espaço* —, que são mobilizadas por uma rede complexa de atores e práticas. Não somente pelas entidades governamentais que atuam no processo de urbanização, ou pela polícia, que intervém no espaço em prol de uma noção específica de *in/segurança*, mas também pelos *usuários* (CARUSO, 2015, p. 69), que *consomem* a Lapa e seus serviços (não apenas os bares, mas o trabalho sexual e o tráfico) e reiteram esse modelo cultural embasado em estereótipos raciais e sexuais/de gêneroem sua busca pela *experiência carioca* (o samba, o pagode, o acesso ao prazer). Finalmente, os *moradores* que constroem suas próprias noções políticas de *in/segurança* e, ao mesmo tempo, desafiam e/ou reafirmam tais estereótipos.

Tendo isso em vista, Vera Malaguti Batista (2003, p. 19) trata sobre como, especialmente a partir de 1994, foi sendo construída no Rio de Janeiro uma “crise de segurança pública” associada à fabricação cotidiana, pela mídia e pelas forças políticas conservadoras, de um medo generalizado associado aos indivíduos marginalizados, majoritariamente negros, pobres e moradores de favelas. Como argumenta Batista, “[n]o Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas” (BATISTA, 2003, p. 21), processos estes intimamente ligados à constituição de um ordenamento sociopolítico e econômico instituído no contexto do escravismo colonial ibérico que se manifesta por “consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros” (*Ibid.*). Nesse sentido, não é possível dissociar as políticas de *(des)ordem urbana* e de constituição e controle do espaço público, o discurso punitivo da criminalidade e a violência policial, por exemplo, da dimensão — consciente e inconsciente — do *medo branco* e das representações discursivas do *Outro* (racializado, empobrecido, genderizado) no Rio de Janeiro, em particular, e no Brasil, de modo geral.

Nesse sentido, trazer tal compreensão para o caso da Lapa implica entender que processos, especialmente após os anos 2000, de *revitalização*⁷, *pacificação* e *higienização*, mui-

7 Há outras narrativas em disputa sobre a *revitalização* da Lapa, que envolvem outras dinâmicas que não a intervenção policial, como, por exemplo, organização de festas e rodas de samba. Tais representações são analisadas por Fazzioni (2014) através da vivência de moradores da Lapa.

tas vezes combinados, estão inseridos e constituem esse imaginário racializado associado ao entendimento de *(des)ordem urbana*. A Lapa é constantemente construída como um espaço de pluralidade (FAZZIONI, 2014), o que é associado historicamente de maneira ambivalente às representações racializadas de um espaço *boêmio* e/ou de *decadência* (MAIA; ROCHA, 2015; CARUSO, 2015). Porém, longe de ser construído apenas por *fantasias* de eliminação, podemos considerar, tendo em vista Bhabha (1998), Furtado (2022) e Gonzalez (1984), que o *medo branco* também constitui desejos em se *aproximar* desses corpos, o que faz da Lapa um local de grande atração em determinados dias e horários, especialmente à noite nos fins de semana (FAZZIONI, 2014).

Desse modo, podemos visualizar tais dinâmicas nas diferentes intervenções realizadas pelo Estado que buscavam *revitalizar*, *pacificar* e *ordenar* a Lapa, dentre elas a *Operação Lapa Limpa*, em 2007⁸, a *Lapa Legal*, em 2009⁹, a *Lapa Presente*, em 2014¹⁰ (FAZZIONI, 2014) e mais recentemente o *Programa Reviver Centro*, sancionado em 2021¹¹ (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2021). Tais intervenções constituem e reproduzem o imaginário racializado exposto nos parágrafos anteriores, pois como argumenta Silvana Rubino (2009, p. 37), a *revitalização*, chamada por ela de *enobrecimento urbano*, “não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade”. Isso ocorre, porque se associam às dinâmicas de fronteirização e segregação a partir da reprodução de diferenças materiais e simbólicas (RUBINO, 2009), que, por sua vez, se relacionam a padrões globais de desenvolvimento desigual urbano tendo como referência um certo modelo de *cidade*. O resultado são processos difusos de integração e marginalização (BRENNER; SCHMID, 2015). Já a *pacificação*, como argumenta Mark Neocleous (2014), tem como genealogia uma gramática e um conjunto de práticas associadas à conquista colonial, à acumulação capitalista e à violência racial. Segundo autor, isso faz com que:

-
- 8 Segundo Haydée Caruso (2015), a Operação surgiu em 2007, resultado de pressão de instituições privadas locais e de meios de comunicação para reivindicar, frente às autoridades do município, o estabelecimento da *ordem pública* em relação aos moradores de rua, aos camelôs e aos estabelecimentos comerciais irregulares.
- 9 Lançada no primeiro mandato de Eduardo Paes (MDB) enquanto prefeito do Rio, a operação tinha como objetivo *revitalizar* a região da Lapa. As duas principais medidas, sendo a segunda implementada por um curto período de tempo, foram a implementação de “uma feira noturna para organizar os ambulantes e o fechamento das ruas para passagem de carros nas noites do final de semana” (FAZZIONI, 2014, p. 292).
- 10 A Operação Lapa Presente constitui o programa da Operação Segurança Presente, visando ações de segurança em diversos bairros do Rio de Janeiro. A Operação Lapa Presente foi implantada pelo governo municipal em 2014. Segundo dados da Agência Brasil, a Operação conta com 90 agentes militares e civis que patrulham a região diariamente a pé, de bicicleta ou em viaturas (GANDRA, 2018). O objetivo da Operação é reduzir o número de roubos e furtos, bem como interceptar e apreender o tráfico na região.
- 11 Segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro, o objetivo do programa é “recuperação urbanística, social e econômica da 2.ª Região Administrativa (Centro e Lapa)” (RIO DE JANEIRO, 2022, p. 4). Dentre as medidas estão a construção de novas áreas verdes e a recuperação de terrenos e edifícios abandonados para o desenvolvimento do setor imobiliário.

[n]o coração da pacificação, portanto, [...] [estejam] os tipos de práticas que associamos ao poder policial: a fabricação da ordem social, a dispersão da entidade mítica chamada ‘segurança’ através da sociedade civil e a tentativa de estabilizar a ordem em torno da lógica da paz e da segurança. Se ‘pacificação’ é um eufemismo para qualquer coisa, é ‘polícia’ (NEOCLEOUS, 2014, p. 34, tradução nossa).

Segundo Maia e Rocha (2015, p. 155), no caso da Lapa, tais intervenções são “voltadas à fiscalização/repressão aos vendedores ambulantes, ao recolhimento da população em situação de rua e usuários de crack, ao combate às pequenas infrações”. Desse modo, envolvem conjuntamente discursos e práticas repressivas, especialmente da polícia, e de *valorização cultural*, operando para expulsar e desassociar o espaço da imagem de segmentos indesejados (pobres, travestis, negros, ambulantes) ligados à *criminalidade* e ao *perigo* (CARUSO, 2015). Segundo Caruso (2015, p. 68), a visão dos policiais se associa, e atualiza para novos personagens, a um imaginário preexistente da presença “da cidade quilombada, repleta de capoeiras e ex-escravos, percebidos como os “inimigos” da paz social”. Nesse sentido, longe de ser uma dinâmica *excepcional*, tais intervenções se associam a um longo conjunto de práticas e imagens sobre a presença *negra* na região, vividas no cotidiano por seus moradores.

A *Lapa Presente*, por exemplo, tem a repressão da criminalidade e o incremento do policiamento como eixos centrais, tendo como objetivo “garantir o direito de ir e vir dos moradores e frequentadores da região” (KOPSCHITZ, 2012 *apud* MAIA; ROCHA, 2015, p. 156). A intervenção se considera um sucesso, pois “[o] aumento da sensação de segurança levou os turistas a frequentarem a região boêmia, aquecendo o comércio” (RIO DE JANEIRO, *s/d.*) e houve um elevado número de prisões por motivos de assalto e/ou tráfico de drogas (PORCIDONIO, 2018). No entanto, para aqueles *segmentos* associados à *desordem* e ao *perigo* o sentimento da *in/segurança* é outro. A defensora pública do Estado do Rio de Janeiro, Carla Beatriz Nunes Maia, relata inúmeras denúncias de pessoas em situação de rua — sendo 76,1% negros ou pardos no Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2020) — que expõe tentativas de policiais da operação de “levá-los ao abrigo Paciência, escolhido [...] por estar a 80 quilômetros da cidade” (MAIA *apud* VIGNA, 2016). Ademais, segundo investigação da *Agência Pública*, jovens negros são alvos preferenciais das revistas e grande parte dos presos (VIGNA, 2016). Isso não significa que não houve melhorias para seus habitantes e frequentadores, nem que tais espacialidades não sejam subvertidas pelos mesmos, mas que “claramente [...] nem todos são afetados ou reprimidos da mesma maneira pelas intervenções que se destinam ao ordenamento da cidade” (MAIA; ROCHA, 2015, p. 159). Ou seja, tenta-se criminalizar e controlar a existência daqueles que engendram o *medo branco*, não envolvendo, majoritariamente, políticas de reparação e melhoria das condições de vida.

Entretanto, tais intervenções não buscam, nem conseguem, em última medida, eliminar tais segmentos da Lapa, uma vez que sua fama e seu atrativo, muitas vezes, dependem da sua presença, seja de *trabalhadoras do sexo* e/ou traficantes. A Lapa da *boêmia* e do *prazer* é a mesma Lapa da *criminalidade* e do *pecado* (MAIA; ROCHA, 2015). Desse modo, para utilizar os termos de Furtado (2022), constitui-se um *espaço de encontros forçados e incômodos*, violento pela repressão policial, mas também pela repressão violenta de *desejos* associados a determinadas práticas e atores. Como disse Gonzalez (1984) anteriormente, *endeusamento* e *agressividade* estão muitas vezes conectados. Nesse sentido, a violência operaria, trazendo Furtado (2022), como *(re)creacional*, tanto por “constantemente fabricar a diferença (colonial) onde não há” (*ibid.*, p. 110, tradução nossa) quanto por “fornecer as condições para a reprodução da vida fácil e também fazer parte de uma economia de lazer delineada com contornos de crueldade” (*ibid.*, p. 108, tradução nossa).

Assim, o entendimento sobre os processos de *in/segurança* que construímos até o momento, além de desenterrar os discursos coloniais/raciais que embasam as narrativas de policiamento, segurança e urbanização na região da Lapa, também por nos possibilita dar atenção à *dimensão sentida* (SJOBERG, 2016) que fundamenta tais processos. Desta forma, trazemos à nossa analítica racial de *in/segurança* um olhar atento às formas como a raça e o gênero/sexualidade deslizam de maneira conjunta por meio de um foco específico nas travestis negras que habitam o espaço da Lapa, uma vez em que elas se encontram no *conluio* entre regulações raciais e sexuais. Ademais, habitam “uma zona de abjeção” (FERREIRA, 2017, p. 40, tradução nossa) da vida social, entre a normalização do corpo e dos hábitos de acordo com o padrão cis-heteronormativo e da suposta excepcionalidade dos prazeres segundo o mercado sexual da região.

Nesse sentido, Paul Amar (2013) argumenta que, em um contexto de crescente violência transfóbica, homofóbica e racista no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, face à denúncia de prostitutas travestis do Rio de Janeiro, a Polícia Militar (PM) atuou de modo a aumentar sua *insegurança*. Segundo Amar (2013, p. 65, tradução nossa), internalizando práticas de *reforma urbana* dos Estados Unidos, “[a] PM perseguiu e extorquiu profissionais do sexo e desenvolveu novas políticas anti-gangues e de proteção do espaço público que ignoravam o fato de que a prostituição é legal no Brasil”. Intervenções realizadas durante as décadas citadas, como a *Operação Pudor*, e as descritas nas páginas anteriores, assumiram, assim, a presença de travestis como “‘perversões da globalização’, traficantes sexuais, ameaças à nação e manchas na imagem do Rio” (AMAR, 2013, p. 66, tradução nossa), culpadas pela *erotização* do espaço e pela desordem da região.

Desse modo, os discursos e práticas de *segurança* reivindicados por essas intervenções muitas vezes se traduziram para essas pessoas como de *insegurança*, bem como (re)produziram *estereótipos* de violência. Como argumenta Ferreira (2017, p. 58, tradução nossa), “as travestis são, na verdade, consideradas ameaçadoras, retratadas como marginais e perigosas, e patologizadas pela atribuição de uma determinada natureza que compelia seu comportamento desviante”, resultando tanto em mecanismos de silenciamento e normalização da violência praticada contra elas quanto na legitimação da violência policial e cotidiana que encontra justificativa no estereótipo constituído.

O assassinato ou outros tipos de violência física cometidas contra elas no Rio de Janeiro, por exemplo, é costumeiramente justificado como legítima defesa em tentativa de conter assaltos ou por motivos de ameaças, sendo a maioria das vítimas identificadas como negras e pardas (CARRARA; VIANNA, 2006). Sérgio Carrara e Adriana B. Vianna (2006), ainda, demonstram como os *clientes* e a população civil em larga escala podem constituir uma ameaça às travestis diante de sua capacidade de mobilizar o discurso do *estereótipo* e apontá-las como elementos da *insegurança* para justificar a violência cometida contra elas como forma de *auto-preservação* e/ou *proteção dos demais civis*. Ademais, evidenciam como tais práticas evocam “uma imagem da desordem urbana, em que o duplo desvio sexual (homossexualidade e prostituição) aparece conectado à pobreza, ao tráfico e às favelas” (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 245). Ou seja, o acoplamento da *sexualidade desviante* a um imaginário racializado.

No caso da Lapa, reportagens sobre a *Lapa Presente* recorrentemente tratam de prisões de travestis, fazendo questão de tratá-las no masculino e muitas vezes expor seus nomes de registro, por roubo e porte de facas e/ou estiletes (AGENTES..., 2015; TRIO..., 2015). Poucas são as notícias veiculadas sobre agressões e assédios contra elas (ATIVISTA..., 2021). Assim, as intervenções na Lapa ajudam a constituir e reproduzir essas imagens através da hipervisibilidade midiática da associação de travestis à *criminalidade* e à *violência*, incitando sensações de *insegurança*, pois reproduzem estereótipos desses sujeitos como possuindo uma *sexualidade promíscua* e *desviante* que, portanto, *aguentariam* uma maior violência física e/ou durante o ato sexual (sobretudo pela concepção dominante de que *travestis* seriam puramente *homens* vestidos de maneira feminina).

Entretanto, como argumentado por Sjoberg (2016), não há um sentimento unívoco de segurança/insegurança. A articulação conjunta e/ou aglomerada dessas travestis, por exemplo, indica a criação de dinâmicas de *in/segurança* por elas mesmas: como o estereótipo da *encenação de brigas* para encobrir assaltos e da realização de *tumulto* (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 241), sendo performances realizadas por elas como forma de *gerar segurança* para si

mesmas, mas que, ao mesmo tempo, *reforçam* o discurso dominante de que elas se apresentam como sujeitos *desordeiros*. Ademais, Lapa é ainda reconhecida como local de circulação segura e de certo acolhimento às pessoas LGBTQ+. Em pesquisa realizada por Luiz Eduardo Neves Peret (2010, p. 71), indivíduos LGBTQ+, dos quais a maioria homossexuais, relataram que a Lapa é um dos locais em que se sentem mais *seguros* “para expressar afetividade à noite”.

No caso da polícia, os mesmos entrevistados respondem que “a presença dela (em especial da PM) dá uma sensação de segurança em relação a assaltos, mas, ao mesmo tempo, inibe a manifestação de afeto” (*ibid.*, p. 71). Já para população trans* e travesti, a Lapa conjuga um espaço de violência cotidiana, mas também de acolhimento, a exemplo do histórico ativismo e mobilização política desse segmento na região, como a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL) (AMAR, 2013), e locais de acolhimento, como a *Casa Nem*, infelizmente atualmente fechada por falta de recursos.¹²

O que os relatos acima evidenciam é que há diversas dinâmicas de *in/segurança* em movimento e disputa no cotidiano dessas travestis, sobretudo no contexto do trabalho sexual da Lapa, impossibilitando a afirmação de uma *segurança* ou uma *insegurança* plena. Ademais, quando olhamos para tais questões, a *in/segurança* passa a ser entendida para além de gramáticas e práticas de *guerra*, rompendo com hierarquizações binárias entre *norma/exceção*, *segurança/insegurança* e *extraordinário/ordinário*. Nesse sentido, sensações e sentimentos ambíguos de *in/segurança* nos revelam as dinâmicas complexas da violência e marginalização social cotidiana resultantes de processos de racialização e de construção de discursos de diferença sexual e de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos analisar os processos de construção da raça e dinâmicas de racialização nos Estudos da In/segurança Internacional a partir de um estudo sobre o cotidiano da Lapa, Rio de Janeiro. Salientamos a necessidade de explorar a região como fundamental para o estudo das Relações Internacionais, de modo geral, e da subárea de In/segurança Internacional, especificamente, uma vez que ela faz parte de processos *internacionais* que conectam locais, atores e práticas por meio de dinâmicas de racialização e sexualização.

12 Segundo a Agência Brasil (Souto, 2020), a Casa Nem já foi vítima de sucessivos despejos na região da Lapa e nos bairros de Vila Isabel (Zona Norte). Em 2020, após a ocupação provisória de uma escola abandonada em Copacabana e outro despejo de um endereço em prédio privado no mesmo bairro, a Casa Nem conquistou sua atual sede no bairro do Flamengo (Zona Sul).

Na primeira seção do artigo, discutimos como os Estudos Estratégicos carregam consigo violências e omissões no que diz respeito à raça, embora se constituam como produtores de um conhecimento *neutro, objetivo e racional*. Já as perspectivas teóricas críticas, apesar de terem sido relevantes para expandir o conceito de *in/segurança*, conservaram grandes limitações no tratamento das questões raciais e das dinâmicas de racialização que constituem o internacional moderno. Propomos, como forma de expandir uma agenda atenta a tais questões, uma compreensão *sentida e cotidiana* da *in/segurança*, que nos possibilita compreender as ambiguidades entre sentir-se seguro e inseguro e densificar o *local*, os atores, as *práticas* da *in/segurança*. Na segunda seção, oferecemos um entendimento mais aprofundado sobre os processos de racialização que embasam noções de *in/segurança* a partir do conceito de *significante deslizante* de Stuart Hall (2017) e da *analítica da ambivalência* de Homi Bhabha (1998). Relacionamos este entendimento às dinâmicas igualmente ambivalentes de *proximidade/distanciamento* e *prazer/violência* como propostas por Henrique Tavares Furtado (2022) e Lélia González (1984), demonstrando como os processos de racialização inscritos às práticas de *in/segurança* superam compreensões binárias, concêntricas e dicotômicas e, portanto, devem ser analisadas como fenômenos em constante produção.

Na última seção, enfim, discutimos as dinâmicas de *in/securitização* na Lapa, Rio de Janeiro. Analisamos historicamente a produção do espaço, observando a sua associação com entendimentos racializados, que subscrevem sua concepção como região *decadente, boêmia, de malandragem, criminalidade, violência*, dentre outros. Utilizamos a experiência de travestis na Lapa, evidenciando como a conexão entre racismo e sexismo na (re)produção da violência no cotidiano e as ambiguidades entre sentir-se *in/seguro* nesse espaço. Nesse sentido, argumentamos que, ao tomar o estudo das RI e da *In/segurança Internacional* a partir de seus pressupostos racistas e racializantes, seria possível compreender a produção de um imaginário racializado sobre a Lapa, que delimita um emaranhado quadro de referência para a interpretação dos atores e práticas que circulam e/ou ocupam a região a partir de dinâmicas que questionam as fronteiras sobre *local/nacional/internacional*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENTES do Lapa Presente prendem travesti com faca. *Extra*. 24 maio 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/agentes-do-lapa-presente-prendem-travesti-com-faca-16247198.html>>. Acesso em 26 jan. 2022.



AMAR, Paul. Policing the Perversions of Globalization in Rio de Janeiro and Cairo: Emerging Parastatal Security Regimes Confront Queer Globalisms. *In*: AMAR, Paul. *The Security Archipelago: Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism*. Durham: Duke University Press, 2013. cap. 2, p. 65-98.

ATIVISTA transexual é agredida com socos na Lapa ao defender vítima de assédio sexual. *Extra*. 18 ago. 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ativista-transexual-agredida-com-socos-na-lapa-ao-defender-vitima-de-assedio-sexual-25160041.html>. Acesso em 27 jan. 2022.

BARDER, Alexander D. Scientific racism, race war and the global racial imaginary. *Third World Quarterly*, v. 40, n. 2, p. 207-223, 2019.

BARKAWI, Tarak. Decolonizing war. *European Journal of International Security*, v. 1, n. 2, p. 199–214, 2016.

BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The Postcolonial Moment in Security Studies. *Review of International Studies*, v. 32, p. 328-352, 2006.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos e uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BHABHA, Homi. A Outra Questão: O Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do Colonialismo. *In*: BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. cap. 3, p. 105-128.

BHABHA, Homi. Foreword: Remembering Fanon. Self, Psyche and the Colonial Condition. *In*: FRANTZ, Fanon. *Black Skin, White Masks*. Londres: Pluto Press, 1986.

BIGO, Didier; MCCLUSKEY, Emma. What Is a PARIS Approach to (In)securitization? Political Anthropological Research for International Sociology. *In*: GHECIU, Alexandra; WOHLFORTH, William C. (eds.). *The Oxford Handbook of International Security*. Oxford: Oxford University Press, 2018. cap. 9, p. 116-130.

BIGO, Didier. International Political Sociology. *In*: Williams, Paul (ed.). *Security Studies: An Introduction*. Nova York: Routledge, 2008. cap. 9, p. 116-129.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. *Review of International Studies*, v. 17, p. 313-326, 1991.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 1, n. 2-3, p. 151-182, abr. 2015.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Programa Reviver Centro é sancionado pelo prefeito Eduardo Paes. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www2.camara.rj.gov.br/comunicacao/noticias/406-programa-reviver-centro-e-sancionado-pelo-prefeito-eduardo-paes>>. Acesso em 27 jan. 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje. Notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 1, jan.-mar., p. 66-83, 2015.

CHANDLER, David; CHIPATO, Farai. A call for abolition: The disavowal and displacement of race in critical security studies. *Security Dialogue*, v. 52, n.1, p. 60–68, out. 2021.

ENLOE, Cynthia. Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to overcome the underestimation of Power in the Study of International Relations. In: K.M.B.Z. Steve Smith (eds.) *International theory: Positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FAZZIONI, Natália Helou. Entre a rua e o bairro: etnografia de um espaço em movimento. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 287-307, ago./dez. 2014.

FERREIRA, Amanda Álvares. *Travesti Prostitution in Brazil: Reading agency and sovereignty through dissident sexualities*. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.



FURTADO, Henrique Tavares. Confronting the gated community: Towards a decolonial critique of violence beyond the paradigm of war. *Review of International Studies*, v. 48, n. 1, p. 91–110, 2022.

GANDRA, Alana. Governo do RJ diz que operação na Lapa reduziu 70% dos roubos na região. *Agência Brasil*, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/governo-do-rj-diz-que-operacao-na-lapa-reduziu-70-dos-roubos-na-regiao>. Acesso em: 21 nov 2023

GOMES, Aureo de Toledo. A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 173-197, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GROVOGUI, Siba N. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. *European Journal of International Relations*, v. 8, n. 3, p. 315-338, set. 2002.

GUERRA, Lucas. Security as white privilege: Racializing whiteness in critical security studies. *Security Dialogue*, v. 52, p. 28–37, 2021.

GUILLAUME, Xavier; HUYSMANS, Jef. The concept of ‘the everyday’: Ephemeral politics and the abundance of life. *Cooperation and Conflict*, v. 54, n. 2, p. 278-296, 2019.

HALL, Stuart. Race — The Sliding Signifier. In: HALL, Stuart. *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation*. Cambridge: Harvard University Press, 2017. cap. 1, p. 31-80.

HAMILTON, John T. *Security: Politics, humanity, and the philology of care*. Princeton University Press, 2013.

HARTMAN, Saidiya. The Burdened Individuality of Freedom. In: HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Nova York: Oxford University Press, 1997. cap. 4, p. 115-124.

HOBSON, John M. The other side of the Westphalian frontier. In: SETH, Sanjay (Ed.). *Postcolonial theory and international relations: a critical introduction*. Londres: Routledge, 2013. cap 2, p. 32-48.



HOWELL, Alison; RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Is securitization theory racist? Civilizationism, methodological whiteness, and antiblack thought in the Copenhagen School. *Security Dialogue*, v. 51, n. 1, p. 3–22, 2020.

HOWELL, Alison; RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Racism in Foucauldian Security Studies: Biopolitics, Liberal War, and the Whitewashing of Colonial and Racial Violence. *International Political Sociology*, v. 13, n. 1, p. 2-19, mar. 2019.

HUYSMANS, Jef. Politics of insecurity, technology and the political. In: HUYSMANS, Jef. *The Politics of Insecurity: Fear, migration and asylum in the EU*. Nova York: Routledge, 2006. cap. 1, p. 1-14.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International relations and the problem of difference*. Nova Iorque: Routledge, 2004.

JAHN, Beate. IR and the State of Nature: The Cultural Origins of a Ruling Ideology. *Review of International Studies*, v. 25, n. 3, p. 411–434, 1999.

KOTEF, Hagar. Violent attachments. *Political theory*, v. 48, n. 1, p. 4-29, 2019.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. Security and ‘Security Studies’: Conceptual Evolution and Historical Transformation”. In: Alexandra Gheciu and William C. Wohlforth (eds.). *The Oxford Handbook of International Security*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KRISHNA, Sankaran. Race, Amnesia and the Education of International Relations. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 26, n. 4, p. 401-424, out.-dez. 2001.

LINKLATER, Andrew. Political Community and Human Security. In: Booth, Ken (ed.). *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner, 2005.

MAIA, Rosemere; ROCHA, Jéssica. Lapa, paraíso do prazer e do pecado: boemia, malandragem e (re)configuração socioespacial em tempos de renovação urbana. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 143-166, ago./dez. 2015.

MANCHANDA, Nivi. The banalization of race in international security studies: From absolutism to abolition. *Security Dialogue*, v. 52, n. 1, p. 49–59, 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa; Antígona, 2014.



MENDES, Pedro Emanuel. O nascimento das Relações Internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo anglo-americano e da europa continental. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 8, n. 16, p. 21-53, jul./dez. 2019.

MÜLLER, Markus-Michael. Entangled pacifications: Peacekeeping, counterinsurgency and policing in Port-au-Prince and Rio de Janeiro. In: HÖNKE, Jana; MÜLLER, Markus-Michael (eds.). *The Global Making of Policing: Postcolonial perspectives*. Abingdon: Routledge, 2016. cap. 5, p. 77-95.

NEOCLEOUS, Mark. *Critique of Security*. Edinburg: Edinburgh University Press, 2008.

NEOCLEOUS, Mark. War as peace, peace as pacification. In: NEOCLEOUS, Mark. *War Power, Police Power*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.. cap. 1, p. 17-47.

NISANCIOGLU, Kerem. Racial sovereignty. *European Journal of International Relations*, v. 26, n. 1, p. 39–63, 2020.

NYMAN, Jonna. The Everyday Life of Security: Capturing Space, Practice, and Affect. *International Political Sociology*, v. 15, n. 3, p. 313–337, 2021.

PERET, Luiz Eduardo Neves. Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBT do Rio de Janeiro. *Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 63-76, 2010.

PORCIDONIO, Gilberto. Lapa Presente chega aos 5 anos de operação com mais de 5 mil prisões em flagrante. *Extra*. 31 dez. 2022. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/lapa-presente-chega-aos-5-anos-de-operacao-com-mais-de-5-mil-prisoos-em-flagrante-23337984.html>>. Acesso 26 jan. 2022.

RIO DE JANEIRO. *CENSO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 2020*. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Rio de Janeiro: PRJ, 2020. Disponível em: <<https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-população-em-situação-de-rua-2020-1/explore>>. Acesso em 27 jan. 2022.

RIO DE JANEIRO. REVIVER CENTRO: RELATÓRIO ANUAL 2021/2022. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Rio de Janeiro: PRJ, 2022. Disponível em: <<https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::reviver-centro-relatório-anual-2021-2022/>>. Acesso em: 21 nov. 2023.



RIO DE JANEIRO. *Operação Segurança Presente: Sobre a OSP*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <<https://www.segurancapresente.rj.gov.br/sobre>>. Acesso em 37 jan. 2022.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. In: Fortuna, C., Leite, R. (orgs.). *Plural de Cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. cap. 2, p. 25-40.

RUTAZIBWA, Olivia Umurerwa. From the Everyday to IR: In Defence of the Strategic Use of the R-word. *Postcolonial Studies*, v. 19, n. 2, p. 191-200, 2016.

SAMPSON, Aaron B. Tropical Anarchy: Waltz, Wendt, and the Way We Imagine International Politics. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 27, n. 4, p. 429-457, 2002.

SILVA, Karine de Souza. 'Esse Silêncio Todo Me Atordoa': a Surdez e a Cegueira Seletivas Para as Dinâmicas Raciais Nas Relações Internacionais. *Revista De Informação Legislativa*, v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. *O Entrelaçamento Urbano-Cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SJOBORG, Laura. Centering Security Studies Around Felt, Gendered Insecurities. *Journal of Global Security Studies*, v. 1, n. 1, p. 51-63, 2016.

SOUTO, Lígia. enfrentou despejos anteriores em endereços na Lapa, região central da cidade, e em Vila Isabel, na zona norte. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2020-09/lar-de-acolhimento-para-lgbtis-casa-nem-conquista-nova-sede>. Acesso em: 25 nov 2023.

THAKUR, Vineet; DAVIS, Alexander; VALE, Peter. Imperial Mission, 'Scientific' Method: an Alternative Account of the Origins of IR. *Millennium*, v. 46, n. 1, p. 3-23, 2017.

TRIO de travestis é detido na Lapa com faca e estiletes. *R7*. 6 set. 2015. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/trio-de-travestis-e-detido-na-lapa-com-faca-e-estiletes-06092015>>. Acesso em 27 jan. 2022.



VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics: The Birth of American International Relations*. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WYN JONES, Richard. On Emancipation: Necessity, Capacity, and Concrete Utopias. In: BOOTH, Ken (ed.). *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner, 2005.

VIGNA, Anne. Operação policial financiada por empresários cariocas mira moradores de rua. *Agência Pública*. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/02/operacao-policial-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/>>. Acesso em 26 jan. 2022.

VIJ, Ritu. The global subject of precarity. *Globalizations*, v. 16, n. 4, p. 506-524, 2019.

WILLIAMS, Michael C.; KRAUSE, Keith. Preface: Toward Critical Security Studies. In: WILLIAMS, Michael C.; KRAUSE, Keith (eds.). *Critical security studies: concepts and cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.